

Congresso pode trabalhar no recesso

Parlamentares poderão ser convocados para votar medidas urgentes durante o período de férias

BRASÍLIA — O Congresso ainda pode ser convocado para trabalhar no período de recesso, embora tenha votado ontem o projeto de lei do Orçamento Geral da União (OGU). Para isso, basta que o presidente Fernando Collor reedite ou edite alguma nova medida provisória. O prazo para convocação é de cinco dias.

Até as 20 horas de ontem, os parlamentares ainda não haviam chegado a um acordo sobre a votação das medidas edi-

tadas pelo governo no fim de semana. Era o caso da medida provisória que reativou os fundos de investimentos da Amazônia (Finor) e do Nordeste (Finam). O Congresso queria recusar as duas medidas sob o argumento de que já legislou sobre o assunto nas sessões de sexta-feira (Câmara) e domingo (Senado). Da mesma forma, havia impasse sobre a questão do reajuste dos vencimentos dos militares, que foi superior ao aumento concedido aos funcionários civis — a intenção é se chegar a um índice comum às duas categorias.

Em sessões contínuas — realizadas das 15 às 22 horas de sábado e das 10 às 16 horas de ontem —, o Senado aprovou quase

20 projetos, ratificando vários procedentes da Câmara. Entre eles, está o que autoriza o governo do Estado de São Paulo a emitir 66.854.703 bônus do Tesouro, até o final do mês, para substituir suas Letras Financeiras. "Isso vai ajudar o governo paulista a enfrentar as dificuldades atuais, criadas em função da política monetária restritiva do governo federal", disse o relator da matéria.

Outros projetos aprovados: os que fixam a remuneração do presidente e do vice-presidente da República (Cr\$ 700 mil e Cr\$ 500 mil, respectivamente, sem contar o reajuste de janeiro de 81%), dos ministros de Estado (Cr\$ 950 mil, valor mantido em janeiro), e dos próprios deputa-

dos e senadores para os próximos 4 anos (mantidos os atuais Cr\$ 794 mil, mas com direitos aos reajustes dos servidores civis, que em janeiro será de 81%).

Projetos regulamentando a transferência de recursos para os Fundos de Participação dos Estados e Municípios também foram aprovados, e outros ficaram para ser votados na sessão noturna. Mas um deles o presidente da Casa, Nélson Carneiro (PMDB-RJ), estava decidido a não colocar em votação antes de um exame mais profundo: é o que regula o funcionamento do Ministério Público da União, aprovado quinta-feira pela Câmara. (Mais informações sobre a votação do Orçamento no Caderno de Economia).



Luiz Antônio/AE

Carneiro (C): contra votação da medida sobre o Ministério Píblico